

NEGOCIAÇÃO E PARLAMENTARISMO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 08.08.1983

Aos poucos vão se acumulando indícios de que uma emenda constitucional restabelecendo as eleições diretas em dois turnos para a presidência da República e ao mesmo tempo o parlamentarismo poderá ser a solução para o impasse político em que vive o país.

Uma solução dessa natureza dependerá, naturalmente, de amplas negociações não apenas entre o PMDB e o PDS ou o Governo Federal, mas também ao nível interno da sociedade civil. Tudo indica, entretanto, que tanto o PMDB e os demais partidos da oposição quanto o PDS estão maduros para esse processo de negociação que hoje transformou-se em uma exigência da sociedade civil.

O que a sociedade civil percebe com muita clareza é que o país poderá sair da crise econômica em que se encontra se voltar a ter um governo com legitimidade. Percebe também que essa legitimidade só poderá ser alcançada através de negociações políticas com vistas à sucessão presidencial.

Para o PDS a sucessão presidencial deveria ser resolvida nos quadros do colégio eleitoral existente. E preferivelmente nos quadros de um tipo qualquer de “consenso” entre governo e oposição.

Um número crescente de membros do próprio PDS, entretanto, começa a perceber que essa solução é no mínimo irrealista, para não dizer irresponsável. É irrealista porque nem mesmo no seio do PDS qualquer tipo de consenso é viável. Muito menos com a oposição. É irresponsável porque, se por um acaso o PDS conseguir chegar a um acordo interno e escolher um candidato, a imposição desse candidato à sociedade civil será uma violência, seja quem for ele. E sua legitimidade será, portanto, praticamente nula.

O PMDB, por sua vez, aposta nas eleições diretas. Esta solução, entretanto, também é improvável por duas razões: porque as classes dominantes brasileiras receiam as

surpresas de uma eleição desse tipo e porque o PDS não quer arriscar perder o poder há a partir do início de 1985, quando termina o mandato do presidente Figueiredo.

Caso a solução via colégio eleitoral não seja viável, os dirigentes do PDS já têm como segunda alternativa o parlamentarismo, que permitiria que esse partido conservasse o poder pelo menos até o início de 1987, já que detém a maioria do Congresso. Há um número crescente de dirigentes do PDS apostando nessa alternativa.

No PMDB, por sua vez, o número de defensores do parlamentarismo também é crescente: porque é um sistema de governo muito mais flexível e democrático, e porque vai-se percebendo que seria uma solução para o impasse. Por outro lado o parlamentarismo pode ser combinado com eleições diretas, mais ou menos nos moldes do sistema francês.

A segunda alternativa tanto do PDS quanto do PMDB é, portanto o parlamentarismo. Por outro lado, a primeira alternativa de cada uma dos partidos é inaceitável para o outro. O rumo que deverão tomar as negociações exigidas pela sociedade civil parece, portanto claro.

O grande problema é que a própria sociedade civil não está ainda convencida da superioridade do sistema parlamentar. Seu conservadorismo e seu velho autoritarismo dificultam-na em uma opção como essa. Por isso os debates e as negociações no seio da própria sociedade civil deverão ser intensos. A própria sociedade civil deverá democratizar-se, desetilar-se, para que não apenas a necessidade de negociação, mas a sua solução mais provável o parlamentarismo possam emergir dela própria.(08/08)